

# A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EVIDENCIADA NO IDEB EM ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Franciele Ribeiro Lima  
Maria Alice de Miranda Aranda

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar a qualidade da educação presente em uma Escola Pública brasileira com base no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2009, nos anos iniciais do ensino fundamental. Os aportes metodológicos têm sustentação na pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O estudo possibilitou chegar a algumas considerações que mostram o IDEB como um indicador que quantifica a qualidade da educação com base no desempenho evidenciado na Prova Brasil junto às taxas de rendimento do Censo Escolar. Desse modo, aponta-se para a necessidade das Escolas se mobilizarem para alcançar a média 6,0 obtida pelos países desenvolvidos. Portanto, é preciso refletir a qualidade presente no IDEB e os desafios para o desenvolvimento educacional escolar.

**Palavras-chave:** Anos iniciais do Ensino Fundamental. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Qualidade da Educação.

## Introdução

A Educação Básica se apresenta como um grande desafio enquanto objeto de pesquisa em Educação na Pós-Graduação e neste estudo, o foco está direcionado ao Ensino fundamental, em específico, para os anos iniciais. Assim, a responsabilidade pela oferta, permanência e qualidade dessa fase recai aos municípios, prioritariamente, com apoio da União e dos estados (BRASIL, 1996).

A partir de 2007, com o Decreto nº 6.094, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) passou a representar o principal indicador da qualidade da educação básica brasileira, cabendo aos sistemas de ensino assegurar a elevação dos índices e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2007).

Partindo disso, o presente trabalho buscou analisar o conceito de qualidade de educação presente no IDEB no âmbito de uma escola da rede pública municipal que, no ano de 2009 obteve nota 3,4. A referida nota resulta de uma busca por alcançar a qualidade quantificada na média 6,0 dos países desenvolvidos. O recorte temporal foi determinado a partir do ano correspondente a divulgação do resultado do IDEB (2009) e a data limite da pesquisa apresentada (2012).

Para isso, foi selecionado como *locus* da pesquisa uma Escola Pública Municipal da Região Centro-Oeste, de acordo com os seguintes critérios: ser componente da amostra de pesquisa financiada pela CAPES; ter obtido a média de 3,4 no IDEB referente ao resultado de

2009, um dos mais baixos do município; estar situada na periferia, onde atende crianças de famílias com precárias condições econômicas.

Pretendeu-se por meio da pesquisa bibliográfica estudar o que a bibliografia trás sobre o tema abordado e conhecer quais os critérios utilizados para a constituição do IDEB. Paralelo a essas ações o estudo visou por meio da pesquisa documental analisar documentos referentes à qualidade da Educação Básica. Na sequência, utilizou-se a pesquisa de campo com vistas a obter informações da realidade escolar quanto a possíveis medidas de intervenções utilizadas pela Escola, na busca das metas traçadas pela educação na política educacional.

Utilizando-se de uma abordagem qualitativa, a pesquisa bibliográfica foi “[...] desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 44). Assim, o estudo contemplou os seguintes autores em destaque: Arroyo (2000); Paro (1996), Paz 2009, Saviani (2007) e Freitas (2007).

Ao referendar a pesquisa documental foram estudados alguns documentos, tais como: Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 que regulamenta o ensino fundamental de nove anos e ainda, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007), entre outros. Considerando tais documentos, Gil (2008, p. 45) analisa que “os documentos constituem fonte rica e estável de dados”. A pesquisa de campo se pauta nas entrevistas realizadas com as coordenadoras pedagógicas e professores do 5º ano do Ensino Fundamental da escola em análise. De acordo com Lüdke e André (1986), o benefício da entrevista é que ela possibilita um retorno rápido e corrente da informação pesquisada.

Para tanto, será “[...] preferível e mesmo aconselhável o uso de um roteiro que guie a entrevista por meio dos tópicos principais a serem cobertos [...]” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.36). Assim, o objetivo é analisar a qualidade da educação presente em uma Escola Pública brasileira com base no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2009, nos anos iniciais do ensino fundamental.

Nessa direção, visa esclarecer sobre o IDEB; retratar a qualidade da educação e a visão dos sujeitos da pesquisa; apontar os resultados do IDEB da Escola em 2009 e ações para a melhoria da qualidade; evidenciar os resultados obtidos pela Escola no IDEB em 2011 e por fim, registrar as considerações sobre a pesquisa.

## **O que é o IDEB**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade da educação brasileira que utiliza instrumentos de avaliação em larga escala e dados

do Censo Escolar. Foi criado com o objetivo de medir a qualidade da educação básica brasileira, pautada nos critérios: proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e na aprovação dos alunos.

Realizada pelo Estado, a Avaliação em larga escala tem a finalidade de diagnosticar e possibilitar a interferência no processo educacional. Para uma maior compreensão, Freitas (2005, p. 14) nos diz que a “[...] avaliação em larga escala da educação básica brasileira é uma estratégia de governo educacional resultante da ação política, institucional e administrativa do Estado [...]”. Desse modo, os resultados passam a ser evidenciados e disponibilizados para o conhecimento da sociedade. Esse processo resulta ainda, na possibilidade de indicar caminhos para uma mobilização dos envolvidos no processo educacional na busca por melhorar a qualidade da educação.

Considerando o objetivo do IDEB que é medir a qualidade da educação básica, esclarece-se o entendimento sobre medida, a saber: “[...] refere-se à determinação de atributos de alguma coisa (extensão, dimensões, quantidade, grau, capacidade), segundo determinadas regras, com o propósito de caracterizar sua posição com a máxima precisão possível” (FREITAS, 2007, p. 4).

De acordo com Paz (2009, p. 4) a Prova Brasil é aplicada “na quarta e oitava séries do ensino fundamental” (quinto e nono anos). Fernandes (2007, p. 2) explica que “a lógica é a de que o Brasil chegue a média 6,0 em 2021, período estipulado tendo como base a simbologia do bicentenário da Independência em 2022”. Destaca-se aqui o fato de que a média 6,0 (seis) foi alcançada por países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Werle (2011, p. 789) aponta para o fato de que o IDEB, juntamente a outros programas (ex: Plano de Ações Articuladas - PAR, Mais Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação) “[...] dão um sentido mais operativo aos dados das avaliações e propõem estratégias concretas de interferência no quadro da educação básica”. Desse modo, a partir da análise dos indicadores do IDEB, os municípios com índices insuficientes de qualidade de ensino, dispõem do apoio técnico ou financeiro do MEC.

De acordo com dados do EDUCACENSO disponibilizados no site do INEP, os resultados apresentados à sociedade sobre a área educacional permitem o monitoramento do sistema de ensino do País. Entende-se que o monitoramento aqui mencionado “é o processo sistemático de acompanhamento da evolução de indicadores” (GOMES, 2012, p.10). Assim, o Índice divulgado a sociedade no período de dois em dois anos evidencia os avanços ou não da qualidade de ensino em um constante acompanhamento.

Nesse sentido, Saviani (2007, p.1245) ao analisar a proposta do MEC destaca que “este índice que se constitui no recurso técnico por excelência para monitorar a implementação do PDE, definir e redefinir as metas [...]”. Assim, a avaliação deve promover a mudança, de modo a possibilitar a elaboração de programas de intervenção que atendam as necessidades diagnosticadas.

### **A qualidade da educação e a visão dos sujeitos da pesquisa**

A expansão do ensino no Brasil e a garantia do acesso à educação assegurada na Constituição Federal (CF) de 1988, fez gerar a necessidade de se pensar em uma educação de qualidade. O documento intitulado Indicadores da Qualidade da Educação, coordenado pela Ação Educativa, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) indicam que a qualidade apresenta “um conceito dinâmico, reconstruído constantemente” (BRASIL, 2004, p.05).

O dinamismo do conceito de qualidade implica em critérios e prioridades estabelecidos a partir de indicadores que de acordo com Brasil (2004, p.5) são sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Aborda-se para a realização desse trabalho uma específica concepção de qualidade pautada nos critérios do IDEB que se limita a dois elementos: o rendimento do ensino e a proficiência dos alunos (OVANDO; FREITAS *apud* FREITAS; REAL 2011, p. 307).

Destarte, para a concretização desta pesquisa buscou-se conhecer o que os gestores e professores entendem por “Qualidade da Educação” e quais as medidas e intervenções apontam para elevar o IDEB. Para tanto, foi desenvolvida uma entrevista.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 38) “[...] a escolha de uma ou outra forma de registro será feita em função de vários fatores [...]”, sendo que, para a realização dessa entrevista, as pessoas entrevistadas optaram por responderem por meio de questões semi-estruturadas. Para tanto, a investigação foi feita com as coordenadoras do Ensino fundamental e da Alfabetização, contando ainda com uma professora do quinto (5º) ano, considerando que é nessa etapa que os alunos realizam a Prova Brasil. As educadoras entrevistadas, aqui nominadas com Coordenadoras A e B e Professora, atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental há mais de dez anos, são graduadas em Pedagogia e possuem Especialização em Educação, o que evidencia uma formação profissional experiente.

Ao iniciar as discussões faz-se necessário destacar que a palavra qualidade se constitui como uma variável dinâmica e que não existe uma escola de qualidade independente do contexto social em que a escola está inserida. Diante disso, considera-se relevante buscar conhecer quais os entendimentos dos sujeitos sobre a qualidade da educação, uma vez que eles estão vivenciando no lócus do processo educacional, uma realidade com suas especificidades. Assim sendo, a Coordenadora A (ENTREVISTA, 2012) apontou:

Uma educação com qualidade deve estar pautada na garantia de direito do cidadão e na igualdade de possibilidades na sociedade. A Constituição em seu Artigo 6º fala sobre o direito à educação de qualidade, mas também deve estar assegurado o direito às condições socioeconômicas, e aí é que percebe o entrave, pois, como ter uma educação de qualidade se nem ter as necessidades básicas primárias garantidas ao cidadão.

Evidencia-se nesta fala, a relação estabelecida entre uma educação de qualidade e o direito às condições socioeconômicas de um sujeito dentro da sociedade em que vive. A Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu primeiro Artigo estabelece a igualdade de dignidade e direitos. No entanto, Dallari (2004, p. 37) afirma que:

[...] não é suficiente dizer que todos são livres, quando muitos *não podem ser* livres, não têm condições para agirem com liberdade; não basta também dizer que todos *têm* direito à igualdade, quando muitos já nascem em uma situação social profundamente desigual e muitos são discriminados ou marginalizados por sua condição de inferioridade econômica e social (grifos no original).

O autor menciona ainda o direito à educação, saúde e ao trabalho, vistos como direitos fundamentais. Assim o mesmo considera que a ampliação do conhecimento possibilitará o indivíduo a conquistar a liberdade. Faz-se necessário assim, a efetivação do direito à saúde que contempla a alimentação, acesso aos medicamentos, atendimento hospitalar, o meio ambiente, entre outros que proporcionarão condições para o desenvolvimento da aprendizagem. E por fim, o direito ao trabalho que atenda as condições justas e dignas.

As transformações sociais advindas da inserção da mulher no mercado de trabalho, a massificação dos meios de comunicação e os usos das novas tecnologias são fatores que podem estar influenciando na escola. A esse respeito Almeida (2010, p. 252) analisa que:

Formar novos sujeitos sociais capazes de pensar e agir socialmente, ou ainda intervir de modo atuante no atual contexto de sociedade na qual vivemos - sociedade capitalista - é uma tarefa que requer da educação a adoção de uma postura perante as problemáticas sociais que surja a partir de novas formas de pensar e de atuação em ambientes cada vez mais complexos e globalizados.

A autora enfatiza em sua fala uma formação escolar inserida em uma sociedade capitalista. Assim, diante do mundo globalizado em que vivemos cabe à escola formar seres críticos para atuarem em meio às transformações tecnológicas e conseqüentemente comportamentais da sociedade capitalista.

Nessa direção, a Professora traz em seu entendimento uma educação de qualidade “onde o professor leva informação, como mudança de valores na sociedade” (ENTREVISTA, 2012). Cabe a reflexão sobre quais são os valores que a sociedade cultua. Neves (1994, p.24) destaca que “a escola é, ao mesmo tempo, reprodutora das relações sociais de produções capitalistas e espaço de luta de classes para superar estas relações”. Faz-se necessário nessa contradição pensar se o currículo e a prática pedagógica estão formando sujeitos ou sujeitados.

### **Resultado do IDEB em 2009 e ações para a melhoria da qualidade**

Considerando que o lócus da pesquisa de campo, local de busca das intervenções para a melhoria do IDEB é caracterizado por uma Escola pública, segue a tabela identificando a situação da Escola em 2009.

**Tabela 01 - IDEB da Escola Municipal - Anos Iniciais do Ensino Fundamental**

IDEB Observado					Metas Projetadas						
Escola	2005	2007	2009	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
<b>Escola Municipal</b>		3,9	3,4		4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8

Fonte: INEP/2011.

Sobre o desempenho na Prova Brasil, os dados do INEP apontam que em 2009, 99 alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental matriculados na referida Escola participaram da prova e os resultados alcançados para Língua Portuguesa e Matemática foram descritos conforme constam nas tabelas 02 e 03, respectivamente.

**Tabela 02- Prova Brasil: pontuação dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Língua Portuguesa por dependência administrativa (2005, 2007, 2009)**

	Anos iniciais do Ensino Fundamental (Português)			
	Brasil	Estado	Município	Escola
<b>2005</b>	167,6	167,0	179,8	-
<b>2007</b>	171,4	175,1	174,9	157,7
<b>2009</b>	179,6	186,3	183,0	166,3

Fonte: Dados disponibilizados pela Escola (2012).

Em Língua Portuguesa evidencia-se que no ano de 2009 a *Escola* obteve a média de proficiência 166,34 (pontos) para Língua Portuguesa.

**Tabela03 - Prova Brasil: pontuação dos anos iniciais do Ensino Fundamental em Matemática por dependência administrativa (2005, 2007, 2009)**

	Anos iniciais do Ensino Fundamental (Matemática)			
	Brasil	Estado	Município	Escola
2005	177,1	179,8	186,4	-
2007	189,1	192,4	192,4	181,1
2009	199,5	205,6	200,8	182,6

**Fonte:** Dados disponibilizados pela *Escola* (2012)

Em Matemática, os dados apontam 182,59 pontos em 2009, assim, essa média situa a escola no terceiro nível dentre os treze existentes.

Considerando que todo resultado pode implicar ou não em tomadas de decisões buscou-se saber quais os usos da Prova Brasil pela escola, sobre o que as Coordenadoras A e B relataram:

Ainda não fizemos efetivamente nenhuma ação em relação ao instrumento prova, pois não temos acesso a ela e o que a unidade tem buscado é voltar o ensino para o letramento com mais tempo de leitura e interpretação e procurado aplicar alguns que são nesta linha de trabalho utilizando inclusive gabarito.

Destaca-se nessa fala, a utilização de gabaritos, os quais são parte da metodologia aplicada na Prova, fato este que indica se a Escola esta se adequando a Prova ou a partir da prova, está adequando suas práticas.

Percebe-se também na fala das Coordenadoras uma grande preocupação em atender os critérios de leitura e interpretação quando a mesma ao citar algumas ações que a Escola está desenvolvendo diz:

A Unidade fez parceria com uma Universidade Federal com participação no Projeto da CAPES onde a coordenação participa dos estudos e pesquisas sobre o processo de gestão de políticas de alfabetização, também temos alguns professores doutores que vêm ministrar formações com temas inerentes à qualidade de ensino e ainda contamos com o projeto do PIBID que atua efetivamente nas salas de alfabetização com estagiários que, além de qualificar suas formações, contribuem de forma significativa com os professores regentes no apoio das ações e atividades realizadas em sala. Este apoio tem contribuído de forma efetiva no atendimento individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Nesse sentido, dentre as ações desenvolvidas pela escola desde 2011 está o Subprojeto de Pedagogia integrante do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)

que se caracteriza como uma das ações voltadas para atender a esse ponto, uma vez que, parte dos trabalhos desenvolvidos por meio da Monitoria feita por Acadêmicas Bolsista contempla projetos de leituras, entre outros.

Ao apontar as principais medidas para elevação do IDEB, a Professora enfatiza os cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, os quais privilegiam atividades entre professores voltados especialmente à leitura e interpretação.

Sobre as formações relacionadas à qualidade de ensino citadas na fala da Coordenadora A, pode-se apontar para o Projeto de Formação Continuada (2012) da Escola que traz em seu terceiro tema o assunto denominado Qualidade de Ensino x Qualidade de aprendizagem – IDEB.

Ao fazer referências sobre as taxas de rendimentos caracterizadas pelas taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono evidenciadas no Censo Escolar e informadas pela Escola, os dados do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (SIMEC) evidenciam o resultado da Escola: a taxa de Aprovação aumentou de 79,7 em 2009 para 83,9 em 2010. Conseqüentemente a taxa de reprovação diminuiu de 20,1 em 2009 para 15,9 em 2010; enquanto que, a taxa de Abandono permaneceu em 0,2 em 2010 (quantitativo referente a 2009).

Diante dos resultados as Coordenadoras A e B disseram: “Não temos utilizado de maneira prática. Acaba ficando uma lacuna entre a parte administrativa e pedagógica. Porém para a elaboração do PDE buscamos dados no Censo Escolar”. Conclui-se, então, que o Censo entendido por Freitas (2007) como uma ferramenta para informar, é utilizado pela Escola principalmente na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola).

Questionada sobre a atuação da Secretaria Municipal de Educação no acompanhamento às ações da Escola, a Coordenadora A assim colocou: “Esta Unidade teve um baixo índice no IDEB de 2009 e até o momento não tivemos a visita de nenhum técnico da SEMED ou qualquer ação que viesse a discutir com a Unidade a qualidade de ensino” (ENTREVISTA, 2012). Depreende-se dessa afirmação que a concepção de qualidade precisa ser discutida desde os espaços educacionais mais amplos, considerando que a questão da gestão educacional precisa ser repensada.

### **Resultado obtido pela Escola no IDEB em 2011**

Segundo dados obtidos em agosto de 2012 no portal do IDEB, o resultado referente ao cálculo de 2011 situa a Escola com a média de 4,1, o que corresponde a um avanço da

Unidade Escolar nesse período de dois anos. Faz-se necessário destacar também, que o índice da Escola está ainda 7% abaixo da meta estipulada para 2011 que seria de 4,4.

Contudo, é mister considerar que a taxa de aprovação – fator de referencia para o cálculo do IDEB da Escola – registrou um aumento significativo de 0,77 em 2009 para 0,86 em 2011. Pode-se observar, atentando para as taxas de aprovação de 2009 e 2011, que houve um crescimento expressivo nos 3º, 4º e 5º anos (Quadro 01).

**Quadro 01 – Taxa de Aprovação, IDEB/Escola 2011**

	Fluxo	Série inicial	Taxa de Aprovação			
			1ª série	2ª série	3ª série	1ª série
2011	↑ 0.86	↑ 100.0	78.0	↑ 80.2	↑ 81.7	↑ 96.8
2009	↓ 0.77	↓ 98,9	↓ 78.0	↓ 72.0	↓ 63.6	↓ 81.3
2007	0.91	100.0	97.7	80.5	82.4	96.8
2005	-	-	-	-	-	-

Fonte: Portal IDEB – Meritt/Informação Educacional (2012).

Observou-se na entrevista realizada que a preocupação com as taxas de rendimento dos alunos se faz presente no cotidiano da Escola. Como foi possível verificar na entrevista, são muitos os fatores de influência nas taxas de reprovação que a escola pode ou não intervir. Como destaque, tem-se o processo avaliativo, as dificuldades de aprendizagem devido a questões clínicas e a importância dada à educação pela cultura local.

A fala da Coordenadora A reafirma que o resultado do processo educacional perpassa por condicionantes sociais, econômicos e culturais, para além de fatores internos ao espaço escolar.

Considerando ainda o IDEB de 2011, é válido destacar que a Proficiência da Escola no resultado da Prova Brasil variou positivamente de 4,47 em 2009 para 4,69 em 2011 (Quadro 02).

**Quadro 02 - Nota da Prova Brasil, IDEB/Escola 2011**

	Proficiência	Nota na Prova Brasil	
		Matemática	Português
2011	↑ 4.69	↑ 190.60	↑ 169.97
2009	↑ 4.47	↑ 182.59	↑ 166.34
2007	4.29	181.07	157.71
2005	-	-	-

Fonte: Portal IDEB – Meritt/Informação Educacional (2012).

Ao atentar para o resultado de 2011 em Matemática e Língua Portuguesa pode-se destacar que por mais que tenha avançado, a Escola permaneceu no mesmo nível que já se

encontrava em 2009 na Escala de desempenho do SAEB do Ensino Fundamental, uma vez que o terceiro nível de Matemática varia de 175 a 200 e o segundo nível de Língua Portuguesa vai de 150 a 175.

Desse modo, a Escola tem acesso a indícios sobre os pontos a serem melhorados e os avanços obtidos. Assim, acredita-se que por meio dos dados evidenciados pelo IDEB, a Escola ganha condições de planejar e replanejar as possíveis intervenções.

### **Considerações Finais**

O estudo evidenciou a necessidade de um olhar epistemológico diante da responsabilização da Instituição Escolar pelo êxito ou não no processo de melhoria da qualidade esperada. Destarte, a autonomia da Escola ganha foco quando, no entanto, a responsabilidade pela oferta, permanência e qualidade desse nível de ensino compreende também, o município, com apoio da União e dos estados (BRASIL, 1996).

A qualidade da educação perpassa por diversas esferas a exemplo da social, política, cultural e econômica, uma vez que estas estão interligadas. Destaca-se aqui a Avaliação em Larga Escala com foco no desempenho e nas taxas de fluxo evidenciadas no Censo Escolar, critérios esses que se caracterizam como meios de diagnóstico para a área educacional.

A pretensão desse artigo foi evidenciar os critérios utilizados para o conhecimento do desempenho e fluxo escolar de alunos dos anos iniciais, uma vez que esses constituem um Instrumento de mensuração entendido por Freitas (2007, p.4) como a “determinação de atributos de alguma coisa (extensão, dimensões, quantidade, grau, capacidade), segundo determinadas regras, com o propósito de caracterizar sua posição com a máxima precisão possível”.

Não se pretendeu discutir aqui a validade de tal instrumento, mas considerando sua existência e ênfase nas políticas, propôs-se evidenciar as possibilidades de intervenções efetivadas ou pensadas a partir da divulgação do IDEB para a Escola, em separado ou enquanto único indicador para melhoria da qualidade da educação na escola em análise.

Para Mello e Souza (2005) a educação e a avaliação sempre andaram de mãos dadas. Considera-se dessa forma, que o resultado divulgado é apenas uma medida e o uso feito pela Escola é que a definirá enquanto avaliação. Constatou-se que a Escola tem buscado discutir formas de intervir para melhoria do processo educacional, propondo ações voltadas à formação dos professores e profissionais envolvidos na educação, por meio de estudos internos e cursos oferecidos pela SEMED e ainda em parceria com as Universidades locais e,

acompanhamentos para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, por bolsistas do PIBID.

Portanto, comparado os resultados no IDEB dos anos 2009 e 2011 e verificado o aumento da taxa do último IDEB, permite-se considerar que as ações da Escola estão surtindo o efeito esperado, mesmo que ainda não satisfatórios. A Escola tem buscado meios para promover a melhoria, no entanto, encontra entraves que fogem da alçada escolar, como fatores socioeconômicos e culturais que envolvem os alunos, famílias e a comunidade em que o bairro está localizado.

Assim, o indicador em estudo não envolve toda a complexidade do processo educacional, sendo que o desafio eminente às escolas de periferia é desenvolver uma educação que dê conta de atender à diversidade de forma igualitária e equitativa. Evidencia-se uma necessidade de refletir o conceito de qualidade caminhando para a concepção de uma qualidade de caráter social, que considera a formação integral e a promoção humana.

## Referências

ARROYO, M. G. Fracasso/Sucesso: um pesadelo que perturba nossos sonhos. **Em Aberto**, v.17, n.71, p. 33-40, jan. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **IDEB**: como melhorar os índices. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em out. 2011.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº. 7/2010**. Orientações sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Brasília/DF, 2010a.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006 - Regulamenta o ensino fundamental de 9 anos, **Diário Oficial da União**, 2006.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB Nº. 4/2008**. Orientação sobre os três anos iniciais do Ensino Fundamental de nove anos. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Brasília/DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2009)**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>. Acesso em: jul. 2010.

\_\_\_\_\_. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2011)**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site>. Acesso em: mar. /2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Regulamenta a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Casa Civil, 2007a. Disponível

em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acesso em: abr. 2009.

\_\_\_\_\_. **Indicadores da qualidade na educação** / Ação Educativa, UNICEF, PNUD, INEP-MEC (coordenadores). São Paulo: Ação Educativa, 2004. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce\\_indqua.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_indqua.pdf). Acesso em: mar./2012.

DALLARI, D. de A. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, J. S. **Educação, Cidadania, Direitos Humanos**. Petrópolis, Vozes, 2004.

FERNANDES, R. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais ‘Anísio Teixeira’ – INEP - Ministério da Educação – MEC**. n. 26, maio. 2007. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/metodologias/Artigo\\_projecoes.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/metodologias/Artigo_projecoes.pdf). Acesso em 24 fev. 2012.

FREITAS, D. N. T. de. A emergência da "medida-avaliação" na regulação da educação básica no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas SP: Autores Associados, 2007. (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_; REAL, G. C. M. (orgs). **Políticas e monitoramento da qualidade do ensino fundamental: cenários municipais**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2008.

GOMES, M. B. Monitoramento educacional no Brasil: fatores impulsionadores, ações e estratégias. In: \_\_\_\_\_. **Monitoramento e gestão do ensino fundamental: práticas escolares em face de políticas indutoras**. Dourados, MS: UFGD, 2012.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. Métodos de coleta de dados: Observação, entrevista e análise documental. In: □□□□ \_\_\_\_\_. **Pesquisa Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. p. 25-44.

MELLO e SOUZA, A. de. **Dimensões da Avaliação Educacional**. Editora Vozes, Petrópolis, 2005.

PAZ, F. M. da. O Ideb e a qualidade da educação no Ensino Fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. **ETIC - Encontro De Iniciação Científica**. ISSN 21-76-8498, Vol. 5, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1953/2082>>. Acesso em: 26 mar. 2012.

SAVIANI, D. O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do Projeto do MEC. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2012.

WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, vol.19, n. 73, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/03.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2012.